



Bem-vindos à newsletter da Provedoria de Justiça

Nesta quarta edição – a última de 2025, ano que marcou o início de elaboração das newsletters trimestrais da Provedoria de Justiça - continuamos a divulgar o trabalho permanente da Provedoria de Justiça na defesa dos direitos fundamentais, assinalando os principais destaques da sua missão e as iniciativas e intervenções mais relevantes ocorridas nos últimos meses.

Merece destaque a audição da Provedora-Adjunta de Justiça na Assembleia da República, quer a propósito do Relatório de Atividades 2024 à Assembleia da República, quer sobre o Relatório de Seguimento do Atendimento ao Público nos Serviços Públicos. Neste último trimestre, também a proteção dos direitos das crianças e jovens assumiu destaque na atividade da Provedoria: em setembro, ocorreu a cerimónia de entrega de prémios e a inauguração da exposição “O Futuro dos Direitos é Agora”; já em novembro foi apresentado o Relatório Temático sobre Acolhimento Especializado de Crianças e Jovens pelo MNP, que foi o ponto de partida para mais uma edição dos Encontros na Provedoria, no qual se analisou o funcionamento e desafios das unidades de acolhimento para crianças e jovens com necessidades educativas e/ou terapêuticas intensivas.

Partilhamos também um conjunto de ações recentes, desde intervenções concretas em defesa de cidadãos em áreas tão diversas como pensões unificadas, ruído e apoio ao pagamento de rendas, até à participação em eventos nacionais e internacionais. Encontrará ainda neste número novamente referências à colaboração permanente com instituições homólogas e ao diálogo com a comunidade civil. Assim, convidamos todos a explorar os conteúdos desta edição e a acompanhar o trabalho contínuo da Provedoria de Justiça na promoção e proteção dos direitos fundamentais.

| Nesta edição

| Destaques

| Intervenções

| Agenda

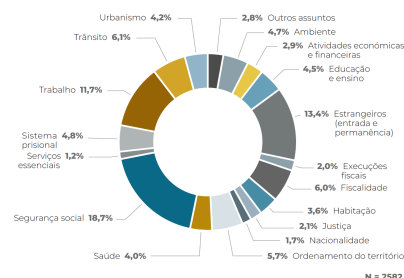
| Passa a Palavra

DESTAQUES

Relatórios 2024. Provedora-Adjunta de Justiça ouvida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

A Provedora-Adjunta de Justiça, Estrela Chaby, foi recebida em audiência pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em 17 de setembro, para a apresentação dos [Relatórios de Atividade relativos ao ano de 2024](#).

A gravação da audição está disponível [aqui](#).





Provedora-Adjunta de Justiça na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre o estado da resposta nos serviços públicos

A Provedora-Adjunta, Estrela Chaby, foi ouvida, em 24 de setembro, pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública “relativamente aos contornos do estado da resposta dos serviços públicos”. No decurso da audição, apresentou o relatório da Provedoria de Justiça sobre o [atendimento ao público nos serviços públicos](#), o qual será, em breve, atualizado.

Pode assistir à gravação da audição [aqui](#).

“O Futuro dos Direitos é Agora”: Cerimónia de entrega de prémios e inauguração de exposição sobre direitos humanos

A Provedoria de Justiça realizou no dia 25 de setembro a cerimónia de entrega de prémios do concurso “O Futuro dos Direitos é Agora”, que foi seguida da inauguração da exposição de trabalhos apresentados.

O [concurso destinou-se a crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos](#), desafiando-os a representar, através da arte, a sua visão sobre os direitos humanos. Foram recebidas 123 candidaturas, envolvendo 251 alunos, provenientes de 26 escolas de diversas regiões. Entre os temas mais trabalhados pelos jovens destacam-se a solidariedade, a justiça, a igualdade e a tolerância.

A iniciativa insere-se nas comemorações dos 50 anos da instituição do Provedor de Justiça que, em Portugal, é, também Instituição Nacional de Direitos Humanos, tendo contado com a parceria da Comissão Nacional da UNESCO e da sua Rede de Escolas Associadas.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

A exposição pode ser visitada gratuitamente, mediante marcação através do [site](#).



Atendimento ao cidadão nos serviços públicos: Provedoria de Justiça apresenta Relatório de Seguimento

Cerca de ano e meio após a divulgação do [relatório temático](#) sobre o atendimento ao cidadão nos serviços públicos, e partindo das suas [25 recomendações](#), a Provedoria de Justiça concluiu um [Relatório de Seguimento](#), divulgado a 14 de outubro de 2025.

São abordadas as mesmas grandes áreas analisadas em 2023, designadamente a informação ao cidadão, os tempos de espera, o recurso a soluções digitais de atendimento e o atendimento a pessoas com especial vulnerabilidade, procurando-se atualizar informação e aferir o grau de adoção das Recomendações que foram feitas no relatório anterior.

Foram igualmente levados em consideração dois diplomas relativos ao atendimento ao público aprovados em 2024, o primeiro dos quais com referência expressa às conclusões do Relatório do Provedor de Justiça — a Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2024, de 9 de julho, e o Decreto-Lei n.º 49/2024, de 8 de agosto.

Foi possível observar melhorias importantes, mas persistem ainda falhas significativas (atendimento exclusivamente digital, tempos de espera excessivos, insuficiência de recursos humanos, falta de formação adequada e condições deficitárias de várias instalações).

O relatório na íntegra pode ser lido [aqui](#).

Acolhimento Especializado de Crianças e Jovens: MNP apresenta Relatório Temático

Publicação do Relatório Temático sobre Acolhimento Especializado de Crianças e Jovens, que analisa o funcionamento das unidades de acolhimento para crianças e jovens com necessidades educativas e/ou terapêuticas intensivas e aponta os principais desafios.

O relatório na íntegra pode ser lido [aqui](#).



INTERVENÇÕES

Pensões unificadas: Provedoria de Justiça contesta atuação do ISS e alerta para prejuízo dos cidadãos

A Provedoria de Justiça enviou um [ofício](#) ao presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social (ISS), no qual manifesta a sua discordância relativamente à forma de cálculo utilizada para fixar pensões unificadas, ou seja, aquelas que podem ser atribuídas nos casos de contribuição para os dois regimes – segurança social e Caixa Geral de Aposentações.

Em causa está a interpretação do regime efetuada pelo ISS e pela Direção-Geral da Segurança Social (DGSS), que consideram exigível um mínimo de 12 meses de descontos no regime de segurança social para efeitos de atribuição de pensão unificada.

Sucedem que esta exigência não resulta da lei, mas de um despacho ministerial, instrumento jurídico sem força para criar ou restringir direitos face a diplomas legais de hierarquia superior.

A Provedoria de Justiça entende, assim, que a prática seguida pela Segurança Social contraria o regime da pensão unificada.

A manutenção da interpretação atual significa limitar injustamente o acesso e o valor das pensões, colocando em causa a proteção de trabalhadores que tiveram carreiras contributivas repartidas por diferentes regimes.

Neste contexto, a Provedoria de Justiça recomendou ao ISS que altere a sua posição e passe a considerar, para efeitos de totalização, todos os períodos com registo de remunerações não sobrepostos no âmbito da Segurança Social, mesmo que inferiores a 12 meses.

Ruído ambiente: Provedoria de Justiça insiste na necessidade de reforço da avaliação e controlo pela Infraestruturas de Portugal

A Provedoria de Justiça dirigiu um [ofício](#) ao Governo na sequência da persistente falta de ação da Infraestruturas de Portugal, S.A. em matéria de controlo do ruído ambiente nas infraestruturas de transporte sob sua responsabilidade.

De acordo com o relatório "[Controlo do ruído: Planear, gerir e sensibilizar – 2025](#)", recentemente divulgado pela Provedoria de Justiça, a empresa tinha apenas concluído o mapeamento de menos de 5% dos troços rodoviários (16 em 339) e de 20% dos troços ferroviários (13 em 65) sob sua responsabilidade.

A Provedoria de Justiça sustentou que tal inação, que compromete o levantamento e avaliação de problemas que determinam um número significativo de queixas, resulta em indiferença perante direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente à saúde, ao descanso, à tranquilidade e a um ambiente sadio.

No ofício dirigido ao Secretário de Estado das Infraestruturas, o Provedor-Adjunto solicita que sejam fixadas orientações claras ao Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, S.A., no sentido de:

1. Concluir, até ao final do primeiro semestre de 2026, todos os mapas estratégicos de ruído ainda em falta; e
2. Avaliar e responder de forma concreta a cada queixa apresentada, realizando medições acústicas e implementando medidas de mitigação sempre que se revelem necessárias.

O ofício pode ser consultado na íntegra [aqui](#).

Foi já recebida resposta do Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas. O Provedor de Justiça continua a acompanhar o assunto.

Apoio extraordinário para pagamento de renda: práticas administrativas e regime jurídico reclamam revisão urgente

A Provedoria de Justiça enviou um ofício à Secretária de Estado da Habitação, no qual alerta para graves irregularidades no regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 20-B/2023 e posteriormente revisto pelo Decreto-Lei n.º 43/2024, e na aplicação do apoio extraordinário para pagamento de renda, apelando à sua revisão urgente. A iniciativa surge na sequência de um volume significativo de queixas reveladoras de falhas sistémicas, algumas das quais já assinaladas nos dois últimos relatórios anuais entregues à Assembleia da República, que comprometem os direitos dos beneficiários e a eficácia do próprio apoio.

Entre maio de 2023 e julho de 2025, a Provedoria recebeu cerca de um milhar de solicitações relacionadas com este regime de apoio às rendas, sendo frequente os cidadãos alegarem que a sua situação social e económica acabou por piorar devido a falhas do Estado, exprimindo ainda uma descrença profunda em relação a uma solução legal destinada a apoiá-los.

A Provedoria concluiu, por um lado, que o regime jurídico foi concebido sem atenção a direitos e garantias fundamentais dos administrados; e, por outro, que há uma insuficiente capacidade de articulação e de resposta das entidades responsáveis: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP (IHRU), a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e o Instituto da Segurança Social (ISS). As plataformas informáticas em utilização são frágeis e inadequadas à função, contribuindo para uma grave morosidade e para as dificuldades de informação.

Perante a gravidade das irregularidades e a continuidade do regime até 2028, a Provedoria de Justiça sustenta a necessidade de uma revisão urgente do apoio extraordinário à renda, de forma a garantir um sistema mais justo, transparente, eficiente e sindicável, assegurando também uma melhor utilização dos recursos públicos.

“Edifícios mais Sustentáveis”. Provedoria de Justiça assinala problemas estruturais do programa e recomenda alterações de fundo

Dois anos após o fim do prazo para submissão das candidaturas ao Programa de Apoio a Edifícios Mais Sustentáveis (PAE+S 2023), a Provedoria de Justiça continua a receber queixas sobre o assunto.

Assinalando estes dois anos, foi enviado ao Secretário de Estado do Ambiente um [novo balanço](#) sobre a execução do programa, que sucede a outras intervenções da Provedoria de Justiça sobre este tema.

Partindo da análise de centenas de queixas apresentadas por candidatos, a Provedoria de Justiça dá continuidade ao acompanhamento sistémico que tem vindo a desenvolver [desde o lançamento do Programa](#), reafirmando a necessidade de garantir maior rigor, clareza, simplicidade, eficácia e previsibilidade na gestão destes apoios públicos. Assinala-se que estas exigências gerais deveriam aqui ser reforçadas, por se tratar de programa destinado exclusivamente a particulares, para aplicação em habitações próprias e permanentes.

Face a este diagnóstico, a Provedoria de Justiça recomenda uma revisão estrutural dos procedimentos de candidatura, apelando a que sejam claros, rigorosos e juridicamente seguros, recomendando ainda alterações ao funcionamento das plataformas informáticas utilizadas, tornando-as mais intuitivas, acessíveis e adequadas ao perfil dos destinatários.

Para consultar a resposta seguidamente recebida da Ministra do Ambiente e Energia, datada de 14/11/2025, clique, por favor, [aqui](#).

AGENDA

2 de setembro

Reunião com membro do Subcomité para a Prevenção da Tortura da Organização das Nações Unidas

Reunião (remota) com Martin Zinkler, membro do Subcomité para a Prevenção da Tortura da Organização das Nações Unidas que monitoriza o cumprimento pelo Estado Português das obrigações decorrentes da Convenção contra a Tortura e respetivo Protocolo Adicional.

24 a 26 de setembro

Fórum de Liderança 2025 da Rede Europeia de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (ENNHRI)

O Provedor-Adjunto de Justiça participou no [Fórum de Liderança](#) da Rede Europeia de Instituições Nacionais de Direitos Humanos de 2025, que reuniu representantes de várias instituições europeias. Discutiram-se temas essenciais como a definição de prioridades, a gestão de crises, o reforço da resiliência e o uso de inteligência artificial no trabalho das Instituições Nacionais de Direitos Humanos.

2 de outubro

“Prison Insights 2025” (Fundação Calouste Gulbenkian)

Participação no encontro “Prison Insights 2025” realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, organizado pela RESHAPE, organização não governativa, que promove a reinserção social de pessoas privadas de liberdade, e que contou com vários peritos internacionais e com a presença da Ministra da Justiça.

2 e 3 de outubro

Reunião da Plataforma Colaborativa de Direitos Económicos e Sociais do Conselho da Europa, Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, ENNHRI e EQUINET (15th Meeting COE-FRA-ENNHRI-EQUINET Platform on Social and Economic Rights)

Nos dias 2 e 3 de outubro, a Provedoria de Justiça participou na reunião organizada pela Plataforma Colaborativa do COE-FRA-ENNHRI-EQUINET, em Edimburgo, na qual foram discutidos os desafios e oportunidades da realização de direitos económicos, sociais e culturais nas comunidades rurais na Europa (*Rights and Rurality: challenges and opportunities for the full realisation of socio-economic rights for rural communities in Europe*). O referido evento assinalou o 10.º aniversário da criação da referida plataforma colaborativa, tendo no primeiro dia ocorrido também a reunião anual do grupo de trabalho do ENNHRI sobre direitos económicos, sociais e culturais.

16 e 21 de outubro

MNP lecciona aulas em matéria de migrações e direitos humanos

O Coordenador do MNP leccionou uma aula aos alunos do Núcleo de Estudos em Direito da Migração e Asilo da Faculdade de Direito de Lisboa, com o tema “Migração e Direitos Humanos: a Detenção e os Desafios Atuais e aos alunos do “Master’s in Law and Security” da Nova Law School, nas instalações da Provedoria de Justiça, com o tema “The Human Right not to be Tortured”.

21 e 22 de outubro

Reunião da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia sobre violência contra pessoas com deficiência que vivem em instituições

Nos dias 21 e 22 de outubro, a Provedoria de Justiça participou na reunião organizada pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em Viena, na qual foi discutido o problema da violência contra pessoas com deficiência que vivem em instituições. Esta reunião teve por base o trabalho de pesquisa realizado pela FRA sobre a referida temática junto de diversos países europeus e cujo resultado final será, em breve, objeto de divulgação pública por parte desta agência.

23 de outubro

Conferência ERS’25 O Futuro da Regulação da Saúde: Entre a Proteção dos Doentes e a Transformação do Sector

A Provedoria de Justiça participou na [Conferência ERS’25 O Futuro da Regulação da Saúde: Entre a Proteção dos Doentes e a Transformação do Sector](#), que decorreu no Porto no dia 23 de outubro. A Coordenadora da Unidade de Direitos, Liberdades e Garantias foi oradora na sessão dedicada aos *Direitos dos Utentes: Literacia, direito ao acompanhamento e direitos dos migrantes*, a qual se centrou no equilíbrio entre a salvaguarda do exercício efetivo do direito ao acompanhamento face à necessidade de garantir a segurança dos cuidados de saúde; em específico foi relatada a intervenção do [Provedor de Justiça](#) na afirmação da universalidade do direito à proteção da saúde, perante queixas de constrangimentos vários que dificultam a prestação da assistência devida por parte de imigrantes, procurando demonstrar como uma população informada e capaz de compreender os seus direitos contribui, igualmente, para a eficiência do próprio sistema de saúde.

4 a 7 de novembro

Visita técnica da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Guiné-Bissau

A Provedoria de Justiça recebeu a visita de um colaborador da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Guiné-Bissau. As sessões de trabalho constituíram uma oportunidade para a partilha de boas práticas e experiências entre instituições, sobre a promoção e proteção dos direitos humanos, a organização dos serviços e a comunicação institucional.

7 de novembro

Provedora-Adjunta participa em reunião de trabalho sobre o sistema de Justiça promovida pelo Presidente da Assembleia da República

A Provedora-Adjunta Estrela Chaby participou, no dia 7 de novembro, numa reunião de trabalho sobre o sistema de Justiça, [promovida pelo Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco](#).

A iniciativa reuniu representantes do Governo, grupos parlamentares e responsáveis de diversas entidades do setor, com o objetivo de identificar pontos de convergência prioritários com vista a um melhor funcionamento do sistema de Justiça.

17 de novembro

Provedor-Adjunto participou na Conferência “Celebrating Human Rights in Europe”

O Provedor-Adjunto, Ravi Afonso Pereira, participou na Conferência *Celebrating Human Rights in Europe*, promovida pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa para assinalar dois marcos históricos: o 75.º aniversário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o 25.º aniversário da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O primeiro evento decorreu na Escola do Porto a 17 de novembro e o segundo a 21 de novembro no *campus* de Lisboa.

Consulte o programa [aqui](#).

18 de novembro

Reunião com a Perita Independente das Nações Unidas sobre o gozo dos direitos humanos pelas pessoas com albinismo

Reunião do Provedor-Adjunto e Chefe de Gabinete com a Perita Independente das Nações Unidas sobre o gozo dos direitos humanos pelas pessoas com albinismo, durante a sua visita a Portugal, na qual, entre outros assuntos, foram abordados os trabalhos da Provedoria de Justiça relativamente à promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência. A perita independente já apresentou as [conclusões preliminares](#) da visita ao nosso país.

19 e 20 de novembro

Provedora-Adjunta de Justiça participa em Assembleia Geral e da Rede Europeia de Instituições Nacionais de Direitos Humanos (ENNHRI)

A Provedora-Adjunta participou, no dia 19 de novembro, na [Assembleia Geral da Rede Europeia de Instituições Nacionais de Direitos Humanos](#) (ENNHRI), que reuniu mais de 70 representantes de Instituições Nacionais de Direitos Humanos de toda a Europa. Foram aprovados o Plano Estratégico para 2026-2030, assim como o Plano Operacional e o Orçamento para 2026, da mesma Rede Europeia.

Assistiu ainda a [evento](#) organizado pela ENNHRI sobre «Parcerias Estratégicas para o novo Capítulo Estratégico da ENNHRI» que contou com representantes da União Europeia, do Conselho da Europa e de outros parceiros internacionais e regionais relevantes, bem como da sociedade civil.

20 de novembro

Provedora-Adjunta de Justiça participa em Conferência da Rede Europeia de Provedores de Justiça (ENO) - «Defendendo uma Europa baseada nos direitos»

A Provedora-Adjunta de Justiça participou em [Conferência da Rede Europeia de Provedores de Justiça \(ENO\)](#), organizada pela Provedora de Justiça da União Europeia que preside esta Rede informal de Ombudsmen.

Além da sessão inaugural sobre os Princípios de Veneza e os Princípios de Paris, ocorreram várias reuniões de trabalho nas quais se debateram temas de interesse comum, como as barreiras práticas para a mobilidade na União Europeia; O papel dos Provedores de Justiça nas queixas de migração e asilo e a simplificação regulatória e o que pode significar para a proteção dos direitos.

24 e 25 de novembro

Encontro “Independent Monitoring under the New Pact on Migration - Stock-taking and Forward Planning”

A Provedoria de Justiça participou no encontro de trabalho “*Independent Monitoring under the New Pact on Migration – Stock-taking and Forward Planning*”, promovido pelo Fundamental Rights Office – Frontex; a European Network of National Human Rights Institutions (ENNHRI) e a Fundamental Rights Agency (FRA), que teve lugar em Viena, nos dias 24 e 25 de novembro, relativo ao mecanismo de monitorização dos direitos fundamentais no âmbito do Pacto em matéria de Migração e Asilo.

27 de novembro

Provedoria de Justiça recebe delegação da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Coreia do Sul

No dia 27 de novembro, a Provedoria de Justiça recebeu uma delegação da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Coreia do Sul, no âmbito de uma visita desta instituição para conhecer o modelo nacional de funcionamento do Mecanismo Nacional de Implementação, Reporte e Seguimento (NMIRF) – papel que é assegurado, em Portugal, pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos – e a interação deste mecanismo com o Provedor de Justiça, um órgão do Estado independente e acreditado, no quadro internacional, como instituição nacional de direitos humanos.

Saiba mais [aqui](#).

4 e 5 de dezembro

Projeto DIGNITY

Participação no Projeto DIGNITY, cofinanciado pela União Europeia e com o objetivo de promover a implementação da Recomendação da Comissão Europeia de 8/12/2022 sobre detenção.

5 de dezembro

Curso de Formação Inicial da Carreira de Guarda Prisional de 2025

Participação no Curso de Formação Inicial da Carreira de Guarda Prisional de 2025, com seminário dado pelo Coordenador do Mecanismo Nacional de Prevenção sobre “As Pessoas Privadas da Liberdade e os Direitos Humanos”.

8 e 9 de dezembro

Participação na formação organizada pelo Conselho da Europa “Guide for NPMs on the monitoring of implementation of the European Commission Recommendation”

12 de dezembro

45º Reunião Plenária da Comissão Nacional para os Direitos Humanos

O Provedor-Adjunto, Ravi Afonso Pereira, participou na 45º Reunião Plenária da Comissão Nacional para os Direitos Humanos - em formato alargado à sociedade civil - que decorreu no Teatro Thália no dia 12 de dezembro. Consulte o programa [aqui](#).

14 de dezembro

Provedora-Adjunta no XXVII Congresso da ANMP

O Provedora-Adjunta, Estrela Chaby, esteve presente no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que reuniu autarcas de todo o país em Viana do Castelo nos dias 13 e 14 de dezembro, e no qual foi eleito o novo Presidente do Conselho Diretivo da ANMP.

28 de novembro

Encontros na Provedoria



O Provedor de Justiça realizou, no dia 28 de novembro, uma nova edição dos **"Encontros na Provedoria"**, sob o tema "Cuidar, Proteger, Capacitar: desafios do acolhimento residencial de crianças e jovens", que teve como ponto de partida o Relatório Temático sobre Acolhimento Especializado de Crianças e Jovens. O evento contou com a participação da Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Conselheira Graça Amaral, e do Pedopsiquiatra Pedro Strecht, e decorreu no Palácio Vilalva, em Lisboa.

Pode aceder à gravação do evento [aqui](#).

PASSA A PALAVRA

50 anos

O Provedor de Justiça assinala 50 anos de vida.

As comemorações, que se iniciaram com a conferência **"Cinco Décadas de Liberdade e Justiça: Celebrar 50 Anos do Provedor de Justiça e do 25 de Abril"**, são também uma oportunidade para dar a conhecer mais amplamente a instituição, a sua missão e o trabalho que desenvolveu ao longo das últimas cinco décadas.

A par de outros projetos, acabou de ser lançada nas redes sociais da Provedoria de Justiça a iniciativa **"50 anos, 50 casos"**.

Encontre as publicações no nosso [Site](#), [LinkedIn](#) e [Instagram](#).



A Provedoria de Justiça está nas redes sociais



A Newsletter da Provedoria de Justiça é uma publicação digital de periodicidade trimestral destinada a informar sobre a missão e trabalho do Provedor de Justiça, a par dos desenvolvimentos mais relevantes, nacionais e internacionais, no âmbito da promoção e proteção dos direitos humanos. Está acessível em www.provedor-jus.pt.

Copyright © 2025 provedor-jus.pt // All rights reserved.

<https://www.provedor-jus.pt>
(+351) 213 926 600/19/21/22

Palácio Vilalva
Rua Marquês de Fronteira
1069-452 Lisboa

Pretende alterar a forma como recebe estes emails?
Pode [atualizar as suas preferências](#) ou [anular a subscrição](#)

[Ver no Browser](#)



This email was sent to <<Email Address>>

[why did I get this?](#) [unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

Provedoria de Justiça · Palácio Vilalva · Rua Marques de Fronteira · Lisboa 1069-452 · Portugal